

Entre a medicina institucional e a medicina popular: circulação de práticas, saberes e agentes no mundo ibero-americano, séculos 16-20

A *Historia Crítica*, revista da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de los Andes (Bogotá, Colômbia), anuncia a chamada para o seu dossiê “Entre a medicina institucional e a medicina popular: circulação de práticas, saberes e agentes no mundo ibero-americano, séculos 16-20”, que contará com a participação da dra. Astrid Dahhur (Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales-Universidad Católica Argentina, Argentina), dr. Mariano Di Pasquale (Instituto de Estudios Históricos-Universidad Nacional de Tres de Febrero/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina) e dra. Lisette Varón Carvajal (Universidad de los Andes, Colômbia).

Os artigos serão recebidos entre **1º de fevereiro e 15 de março de 2026**.

Data de lançamento estimada: **edição número 103, 2027**

Este dossiê se propõe a analisar os processos de circulação das práticas e saberes médicos na Ibero-América entre o século 16 e a primeira metade do século 20. O objetivo é aprofundar as múltiplas formas de diálogo, cooperação e tensão entre a medicina institucional e a chamada “medicina popular”. Convocamos a submissão de artigos que analisem, sob uma perspectiva situada, tanto o desenvolvimento de diferentes práticas de cura quanto a diversidade de atores que foram seus produtores e consumidores. Busca-se, assim, contribuir para a recente virada historiográfica que, em vez de estudar a profissionalização da medicina e a prática da medicina popular como trajetórias independentes, tem mostrado que essas esferas nunca foram claramente separadas. Pelo contrário, elas têm se configurado historicamente como um sistema dinâmico de circulação e feedback do conhecimento.

Este dossiê rejeita abordagens teleológicas que privilegiam narrativas de progresso linear e inevitável em direção à institucionalização do conhecimento médico. Distancia-se das perspectivas que entendem a divulgação da ciência na Ibero-América como um processo unidirecional, produzido em um “centro” e adotado passivamente na “periferia”. Por sua vez, propõe um olhar crítico sobre as abordagens que reduzem a história da medicalização à exclusão dos praticantes da medicina popular, ignorando que muitos desses atores continuaram a negociar espaços de ação e não foram completamente deslocados pelos profissionais.

O amplo recorte temporal proposto responde à necessidade de observar que, apesar das profundas mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais nas formas de administrar a saúde e a doença em diferentes áreas da Ibero-América, a porosidade das fronteiras entre a medicina institucional e a medicina popular permanece constante. Tanto no início da modernidade quanto na própria modernidade, a medicina buscou delimitar com precisão o escopo de seu campo profissional, mas nunca alcançou o controle absoluto sobre o que ocorria em suas margens ou sobre aqueles que por elas passavam. Este dossiê propõe, justamente, examinar essas áreas cinzentas para ampliar nossa compreensão do que tem sido considerado conhecimento médico e quem tem sido reconhecido — ou tem disputado ser reconhecido — como seu produtor.

Com a chegada precoce dos espanhóis e portugueses à América, houve um contato prolífico entre diferentes artes de curar. Embora seja impossível falar de tradições médicas coesas claramente delimitadas como “indígenas”, “europeias” ou “africanas”, é inegável que esse grande encontro ou embate cultural gerou um diálogo sem precedentes. Ainda que os europeus tentassem impor ordem e controlar os saberes que consideravam subordinados, a verdade é que, no período colonial, uma ampla gama de pessoas — médicos, cirurgiões, barbeiros, parteiras, curandeiros e outros agentes de saúde — praticavam a medicina (e ofícios relacionados) com relativa liberdade e, além disso, obtinham reconhecimento social. Esse cenário inicial abre a possibilidade de refletir sobre as fronteiras tênues entre institucionalidade e informalidade médica em um contexto marcado pela fluidez e pelo encontro de múltiplas formas de compreender e habitar o mundo.

Essa diversidade de saberes e atores — o que autores como Marcos Cueto, Steven Palmer e David Sowell chamaram de “pluralismo médico” — sobreviveu à mudança de regime e aos processos de profissionalização da medicina iniciados na segunda metade do século 18. Mais tarde, embora a segunda metade do século 19 tenha marcado uma ruptura nos discursos médicos e institucionais quando a medicina popular se tornou o “inimigo a ser derrotado”, ela persistiu e se adaptou aos novos contextos. Mesmo no século 20, uma concepção humanística da medicina foi mantida, entendida como a arte de curar. A tensão entre esse caráter humanista e sua crescente cientificidade, ocorrida durante a segunda metade do século 19 e a primeira metade do século 20, constituiu outro momento-chave de análise, em que se observa como as formas legítimas de acesso ao conhecimento foram negociadas e outras, contestadas, no amplo período coberto por este dossiê.

O dossiê convida, em particular, à submissão de artigos que abordem alguns dos problemas a seguir.

- Processos judiciais contra agentes de saúde acusados do exercício ilegal da medicina.
- Participação de agentes da medicina popular como peritos médicos em julgamentos criminais e civis.
- Diálogo e colaboração entre agentes da medicina popular e agentes da medicina informal.
- Práticas médicas e agentes de saúde em territórios rurais e urbanos.
- Tensões durante o processo de medicalização entre agentes qualificados e não qualificados, presentes em instituições e debates públicos.

- A prática médica de vários grupos (mulheres, indígenas, afrodescendentes), sua relação (convivência, cooperação, rivalidade) com a medicina formal ou sua experiência diante da medicalização da sociedade.
- Circulação de conhecimento e práticas médicas em torno de doenças nas fronteiras regionais, imperiais e, eventualmente, nacionais.
- Doenças, pacientes e políticas de saúde.
- Representações e discursos sobre a medicina institucional e sua contraparte, a “popular”, a partir de diferentes abordagens, como filosofia, literatura, arte e antropologia.

Convidamos os interessados a submeter seus artigos inéditos em espanhol, inglês ou português. Os artigos devem ser submetidos em formato Word for Windows e atender aos padrões da revista: comprimento máximo de 11 mil palavras (entre 18 e 22 páginas), fonte Times New Roman, 12 pontos, espaçamento simples entre linhas, tamanho carta, com margens iguais de 3 cm. Os dados do(s) autor(es) são apresentados em arquivo separado.

Para a elaboração de notas de rodapé e bibliografia, deve-se seguir a adaptação do *Chicago Manual of Style* adotada pela revista.

As normas para a submissão de manuscritos podem ser consultadas detalhadamente em <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hisrit/editorial-policy>

O não cumprimento das regras de apresentação e citação leva à rejeição automática do artigo.

Os artigos devem ser submetidos por meio do OJS, utilizando o link habilitado no site da revista durante o período da chamada:

<https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hisrit/about/submissions>

Os artigos submetidos à *História Crítica* não podem estar simultaneamente em processo de avaliação em outra publicação.